

# GEOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.<sup>1</sup>

João Rua\*\*  
Andréa Acíoli\*  
Letícia Giannella\*  
Tiago Santos de Vasconcelos\*

## Resumo

O presente artigo traz para o debate as idéias que envolvem o surgimento de novas espacialidades no mundo contemporâneo. Estas constituem territorialidades alternativas que se dão no curso da construção de reações/resistências ao processo de desenvolvimento hegemônico. Sendo assim, em um primeiro momento, o trabalho critica a concepção dominante de desenvolvimento atrelada à idéia de progresso econômico e à lógica capitalista, a fim de evidenciar a impossibilidade de se desenvolver, no atual mundo globalizado, segundo tal perspectiva. Por outro lado, o artigo procura destacar que o ideário de desenvolvimento que surge com o projeto da modernidade, carrega consigo a idéia de liberdade e igualdade, não devendo ser simplesmente abolido do nosso vocabulário e de nossas práticas. É neste contexto que o trabalho ressalta a importância de pensarmos em múltiplas trajetórias de desenvolvimento – os desenvolvimentos – segundo a autonomia como princípio norteador. O conceito de território e, associado a ele, de multiterritorialidade, é apresentado como um instrumental que pode contribuir para a construção analítica e empírica desses espaços de resistência, uma vez que o território, sendo delimitado por relações de poder multidimensionais e multiescalares, possibilita a compreensão do embate entre dominação e resistência, reforçando a construção de territorialidades mais democráticas e livres.

Palavras-chave: Desenvolvimento; territorialidade; autonomia; espaços de resistência.

## GEOGRAPHY AND TERRITORIAL DEVELOPMENT

### Abstract

This article brings to the debate the ideas that involve the emergence of new spaces in the contemporary world. These constitute alternative territorialities which are in course of the construction of reactions/resistances to the hegemonic process of development. Thus, at first, the study criticizes the dominant conception of development linked to the idea of economic progress and of capitalist logic, in order to highlight the impossibility of developing, in a globalized world, according to this perspective. Furthermore, the article attempts to point out that the ideology of development which, in turn, comes up with the project of modernity, carries with it the idea of freedom and equality, should not simply be abolished from our vocabulary and our practices. In this context, the article underscores the importance of thinking in multiple paths of development – the developments – according to autonomy as a guiding principle. The concept of territory and, associated with it, multiterritoriality, is presented as an instrument that might contribute to the analytical and empiricist construction of these spaces of resistance, since the territory is defined by multidimensional and multiscalar power relations, allowing the understanding of the struggle between domination and resistance, reinforcing the construction of more democratic and free territorialities.

Keywords: Development; territoriality; autonomy; spaces of resistance.

---

<sup>1</sup> Trabalho conjunto (professor e alunos) realizado ao longo do 2º semestre de 2008 na disciplina Desenvolvimento e Transformações Territoriais do PGE-Mestrado em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ministrada pelo Prof. João Rua. Trata-se de uma versão modificada do trabalho apresentado no 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 3 a 7 de abril de 2009, em Montevidéu, Uruguai, com o nome de Globalização e Desenvolvimento: emergência de novas espacialidades. Grande parte do texto original foi mantida.

\*\* Professor do PGE; \* Alunos do PGE. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo central deste trabalho é contribuir para uma melhor compreensão dos processos, percebidos por nós como desenvolvimento, que originam novas territorialidades no mundo contemporâneo. Pretende-se evidenciar concepções de desenvolvimento que ultrapassem o parâmetro puramente econômico como viés analítico e re-apresentar algumas das mais recentes abordagens geográficas que, elaborando essa temática, dão ênfase aos processos de criação de novas interações espaciais, traduzidas em territorialidades alternativas àquelas que se apresentam como hegemônicas.

Decerto, os movimentos da chamada globalização, com a difusão de uma pretensa hegemonia sócio-cultural – e econômica - associados aos diferentes desenvolvimentos locais baseados em variadas formas de resistência, na maioria das vezes, de natureza identitária, acabam por se traduzir em uma variedade de conflitos políticos/sócio-espaciais em que a uma escala de igualização do espaço corresponde uma permanente desigualização, conforme já apontou Smith (1988).

Assiste-se, com cada vez mais intensidade, a movimentos em que atores sociais até pouco tempo contidos (ou reprimidos), buscam manifestar-se e chamar atenção para as experiências particulares de construção de novas territorialidades (ou reafirmação das já existentes), que vivenciam. A voz desses atores deve ser ampliada e tais experiências devem ser estudadas pois ainda restam por definir, seja como territórios e territorialidades novas/resistentes, seja como maneiras de construir um desenvolvimento que fuja da racionalidade predominantemente econômica.

Este ensaio, sem fugir a uma linguagem retórica, tenta lembrar a necessidade de se conhecer tais experiências e procura chamar atenção para obras e posições de autores (geógrafos ou não) ainda pouco difundidos entre nós.

As referências teóricas fundamentais vêm de Castoriadis (2002), Lefebvre (1986) e Gramsci (1976), com quem se vem dialogando há muito. As referências operacionais vêm de Escobar (1995, 2005 e 2009), Schech e Haggis (2000 e 2002), Harvey (2004) e, principalmente, de Souza (1996, 2006), além de outros nomes que serão citados ao longo do texto, trazendo para o

diálogo alguns autores anglo-saxões e latinoamericanos que vêm construindo pontes interessantes entre as diversas abordagens que marcam as discussões sobre desenvolvimento e a construção de territórios que, em processos particulares, procuram integrar-se/distinguir-se à/da racionalidade econômica, em sua manifestação neoliberal, até agora dominante.

Como já foi apresentado em RUA (2007 e 2008) a teoria social crítica permite estabelecer a inteligibilidade teórica e narrativa da história e identificar agentes coletivos (nação, gênero, classe) e individuais como portadores de resistências e capazes de ações políticas, destacando o enfoque cultural, ao equilibrá-lo com o político e o econômico (até agora dominantes).

As bases referenciais permitiram trabalhar com representações, discurso e poder, hegemonia, autonomia e criação histórica, ocidentalização do mundo, desenvolvimento sócio-espacial, pós-desenvolvimento, e pós-colonialidade idéias que reforçam nossa reflexão.

Desenvolvimento e Território: uma busca sempre necessária de interações

A temática do desenvolvimento, por mais que este seja referido aos mais diversos adjetivos, está, inexoravelmente, atrelada à idéia de progresso econômico. Essa dimensão predominante do desenvolvimento obscurece outras facetas tão ou mais importantes do que a dominante. Vamos nos debruçar um pouco mais sobre esse assunto para compreendermos o atual período de desenvolvimento em que vivemos, assim como os movimentos sócio-espaciais integrados à lógica capitalista.

Obviamente, não é nossa intenção darmos conta da totalidade dos processos espaciais contemporâneos, tampouco traçar um quadro teórico-conceitual suficientemente amplo acerca das diversas abordagens, espaciais e não-espaciais, postuladas no meio acadêmico, mas, sim, oferecer ao leitor apontamentos e posições teóricas coerentes sobre as estratégias (hegemônicas e insurgentes) dos sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento e as resultantes sócio-espaciais decorrentes.

A crítica ao desenvolvimento, percebido como crescimento econômico já é muito antiga e consistente, como já foi resumido em Rúa (2007, p. 144-146) que reproduzimos aqui, com pequenas modificações.

A ação do modelo keynesiano de política econômica realizou-se secundado pela teoria do desenvolvimento econômico, principalmente após a segunda guerra mundial, procurando atender a expectativas criadas com relação às vantagens da industrialização dos países “atrasados” do sistema capitalista, temática já bastante discutida no período anterior à guerra, como bem resume Saul (2003, p. 54-55). A teoria da modernização, em suas leituras do pós-guerra, procurou estabelecer as bases de uma evolução por etapas (como nos Estágios de Crescimento Econômico de Rostow, nos anos 1960), para tais países, rumo ao modelo representado pelos países desenvolvidos. A teoria da dualidade estrutural realçou os contrastes internos desses países “atrasados” em que setores arcaicos resistiam à modernização. A teoria da dependência (em seus variados matizes) procurou “uma tentativa de articular uma reconceitualização de região subdesenvolvida e de uma estratégia autogerenciada de articulação com a economia internacional”, de acordo com Saul (2003, p. 56). Uma das críticas mais fundamentadas ao desenvolvimento como crescimento econômico veio de Furtado (1974) ao considerá-lo como um mito capaz de mobilizar os povos da periferia fazendo-os aceitar sacrifícios sociais e perceber a destruição da natureza e da cultura tradicional como inevitável (p. 75). Alguns outros críticos “históricos” ao desenvolvimento, que podem ser lembrados são: Samir Amin, Fernando Henrique Cardoso, André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein que formularam importantes contrapontos à idéia dominante. Todas essas teorizações eram muito marcadas pela visão econômica estruturalista.

Pretendia-se, com aquele modelo etapista e essas teorias, como nos lembra Escobar (1995, p. 04), uma reestruturação total das sociedades subdesenvolvidas. Isto que hoje nos parece etnocêntrico, arrogante e, até mesmo, ingênuo, parecia fazer total sentido até muito recentemente. A busca da prosperidade material e do progresso econômico tornou-se meta hegemônica nos ciclos do poder mundial a partir dos anos 1950 e nos que a

ele se contrapunham nas formulações marcadas pelo marxismo. Para o autor supracitado (p. 04) também o “Terceiro Mundo” foi produzido pelos discursos e práticas do desenvolvimento desde o final da segunda guerra mundial. Até os anos 1970 teriam, na visão de Escobar (1995), predominado as discussões relativas à natureza do desenvolvimento, substituídas, então, pelas abordagens centradas nas necessidades humanas básicas e na distribuição dos benefícios do crescimento – visões compartilhadas mesmo por aqueles que se opunham ao modelo social capitalista, como já vimos. O desenvolvimento havia alcançado o “status” de uma certeza, no imaginário social e a realidade parecia “colonizada” pelos discursos que o enalteciam. A generalização da crítica a esta “colonização da realidade” evidenciou-se, principalmente, a partir dos anos 1980 com base em questionamentos sobre as maneiras como certas representações se tornam dominantes e modelam indelevelmente os meios pelos quais a realidade é imaginada. Pensar o desenvolvimento em termos de discurso historicamente construído tornou possível manter o foco na dominação, como a análise marxista já vinha fazendo há muito, e, ao mesmo tempo, explorar as condições e efeitos de tal desenvolvimento em termos de intervenções culturais.

Na visão crítica de Escobar (1995, p. 214), o discurso do desenvolvimento tem sido o operador central e mais onipresente das políticas de representação e identidade na maior parte do chamado Terceiro Mundo no período pós-segunda guerra. Ásia, África e América Latina têm testemunhado uma sucessão de regimes de representação – originários no colonialismo e na modernidade europeia mas, freqüentemente, apropriados como projetos nacionais na América Latina pós-independência e na África e Ásia pós-colonial – cada um acompanhado por um regime específico de violência.

Esteva (2009) radicaliza ainda mais a contestação ao desenvolvimento quando escreve que chegou o momento de reconhecer que o próprio desenvolvimento é o mito maligno que ameaça a sobrevivência da maioria das pessoas e da vida no planeta. Clama que necessitamos nos opor com firmeza à sobrevivência que se quer dar ao desenvolvimento com a criação de alternativas (ESTEVA, 2009, p. 444).

Não é exagero salientar que apesar do projeto desenvolvimentista ser majoritariamente, para não dizer completamente – o que, seguramente, redundaria em uma exacerbação –, guiado pelo ideário capitalista, essa situação não ocorre sem a emergência de (diversos) conflitos sócio-espaciais de rejeição/reação. Dessa forma, mais do que nunca, o cenário atual é (en)coberto pelos discursos da globalização econômica, cultural etc. em que explodem, com cada vez maior relevância, os movimentos de (contra)cultura e/ou (contra)econômicos. Mas serão desenvolvimentistas, anti-desenvolvimentistas, pós-desenvolvimentistas? Haverá mesmo alguma possibilidade de propostas de desenvolvimento em termos distintos dos que foram hegemônicos até hoje?

Pensamos ser possível continuar a examinar criticamente as desigualdades que marcam o mundo atual. Denunciar a falência do projeto (discurso?) de acabar com a pobreza, de eliminar a violência em suas diversas manifestações, principalmente aquela integrada às relações/dominações de gênero, minimizar a insegurança social, econômica e política, lutar contra a destruição da biodiversidade e da etnodiversidade, com o intuito de contribuir para a construção de uma visão de mundo e uma ação política que conduzam à igualdade de gênero e à justiça econômica e social, princípios muito presentes na obra de Harvey (2004, p. 279), dentre outros autores.

Inicialmente é interessante analisarmos o desenvolvimento do ponto de vista analítico, embora saibamos que esta dimensão esteja seja intrinsecamente integrada à dimensão prática. Analiticamente, estaríamos historicamente situados naquilo que Escobar (2005) chama de pós-desenvolvimento (*postdesarollo/post-development*)<sup>2</sup>. Baseado na crítica pós-estruturalista, o pós-desenvolvimento não se ocupa em elaborar uma outra versão de desenvolvimento, mas de questionar “os modos em que Ásia, África e América Latina chegaram a ser definidas como ‘subdesenvolvidas’ e, por conseguinte, necessitadas de desenvolvimento.” (ESCOBAR, 2005, p. 18).

---

<sup>2</sup> É fundamental frisar que para os seus proponentes, o pós-desenvolvimento não é um período que teríamos alcançado, pois isso significaria cair no erro de retornar a uma posição realista, indo na contramão do espírito pós-estruturalista.

Quando Simon (2006. p. 12) nos alerta que o desenvolvimento sempre foi mais heterogêneo no discurso, na política e na prática do que vem sendo explicitado nas análises universalisantes de muitos anti e pós-desenvolvimentistas, passamos a melhor perceber o espinhoso e embaraçado campo teórico-conceitual com o qual estamos envolvidos.

Observando esse intrincado panorama é salutar recorrermos, mais uma vez, às palavras de Simon (2006. p. 14) quando ele escreve que a diversidade cultural constituiu um “problema” central ou obstáculo ao desenvolvimento que deveria ser ultrapassado pelos programas de investimento e ajuda tecnológica em larga escala (e sempre homogeneizadores, dizemos nós). Não é de outra forma que o tão propalado discurso de globalização cultural, que no fundo proclama a homogeneização econômica e cultural com base numa (im)provável “hibridização cultural” mundial, busca assentar-se em ideologias mercantilistas dos patrimônios históricos, da imposição unilateral do discurso cultural-moderno-ocidental, além da apropriação (predatória) dos recursos naturais, dos valores e símbolos culturais de variadas populações tradicionais (indígenas, caboclos, ribeirinhos etc.).

O desenvolvimento monodimensional, tomado como modernização está atrelado à idéia da globalização, tal como vem sendo assimilada nas últimas décadas. O termo está presente nos discursos e ações tanto dos cidadãos comuns quanto dos Estados e dos grandes organismos e corporações transnacionais, mas poucos procuram explicitar o que estão realmente querendo dizer quando falam nele.

Primeiramente, consideramos oportuno determo-nos brevemente no papel desempenhado pelo discurso neste jogo. Para Hall (2002), que se baseia no trabalho de Foucault, o discurso é um conjunto de premissas que provê uma linguagem para falar de um tipo particular de conhecimento sobre um assunto (p. 60). O discurso sempre implica em poder, sendo um dos sistemas pelos quais o poder circula, e aquele que produz o discurso também possui o poder de torná-lo verdade.

Logo, entendemos que o desenvolvimento apenas pôde ser assimilado globalmente através do discurso ou, em outras palavras, o discurso do

desenvolvimento resultou na criação de verdades inquestionáveis que são produzidas, principalmente, por quem detém o poder. Mas de onde vem este discurso e com que finalidade?

Na realidade, o discurso do desenvolvimento designa um complexo de idéias que traduzem a ação e o pensamento do Ocidente há seis séculos (CASTORIADIS, 2002, p. 144). Segundo Schech e Haggis (2002), os significados do desenvolvimento vêm sendo produzidos por um contexto cultural particular – o Ocidente - sendo por este motivo que devemos tomá-lo como uma construção cultural.

O Ocidente sobre o qual falamos, conforme já evidenciamos, não diz respeito à posição cartográfica de determinadas sociedades, mas sim a todo um sistema de concepções que nos remetem a um determinado tipo de sociedade, aquela desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna e que emergiu, principalmente, durante o século XVI (HALL, 2002, p. 57).

Com o Iluminismo, a partir do final do século XVII, uma das mudanças mais expressivas que ocorreram no entendimento do mundo diz respeito à primazia do desenvolvimento como um fim, uma intenção. Deste modo, todas as esferas políticas das sociedades ocidentais passam a agir em nome do desenvolvimento, formulando doutrinas e políticas com a finalidade única de desenvolverem-se (SCHECH e HAGGIS, 2002, p. 6). Logo, o desafio com o qual estamos lidando é político.

O domínio da razão e da ciência a partir de então fez com que as sociedades fossem pensadas em analogia com o conhecimento científico sobre os animais, ou seja, criou-se uma espécie de teoria do darwinismo social onde as diversas sociedades seriam classificadas em padrões de desenvolvimento que iriam do mais primitivo ao mais moderno (*idem*, p. 16), restando aos “primitivos” a opção de tornarem-se “modernos”.<sup>3</sup> É claro que as sociedades

---

<sup>3</sup> Com base nesta concepção, Hall (2002) acredita que o senso de Ocidente surge não somente a partir de processos internos que gradualmente moldaram os países da Europa Ocidental em um tipo distinto de sociedade, mas também a partir da diferença entre essas nações – as “modernas” – e o “resto” do mundo – os “primitivos”. “A afirmação da ocidentalidade seria impossível sem a orientalidade, a africanidade, latino-americanidade” (IANNI, 1993, p. 82) ou como é apresentado por Said (1990) em seu magistral *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*.

modernas nas quais todas as outras deveriam se basear a fim de atingir o tal desenvolvimento seriam, à época, os Estados-nação da Europa Ocidental. Verhelst (1992, p. 26) afirma que segundo o darwinismo social, as sociedades evoluem de formas inferiores para formas superiores, as diferenças culturais sendo conseqüências de retardamentos. De acordo com Lander (2005, p. 34), “em primeiro lugar está a suposição da existência de um metarrelato universal que leva a todas as culturas e a todos os povos do primitivo e tradicional até o moderno”.

Logo, a modernização deveria resultar na universalização da cultura própria da sociedade industrial moderna, ou seja, a modernização torna-se sinônimo de ocidentalização. Divide-se então o mundo em Ocidente (as nações “modernas”) e “Resto” (os povos “primitivos”, ou o “Terceiro Mundo”). É o momento de intensificação do processo de ocidentalização do mundo, já referido.

O simplismo presente nesta separação entre “Ocidente” e “Resto” acaba por representar a homogeneização de uma imensa gama de sociedades que são, no plano vivido, completamente distintas, tanto de um lado quanto de outro. De fato, o discurso do desenvolvimento é de tal forma poderoso que é capaz de fazer com que todas as sociedades acreditem neste modelo civilizatório como sendo o único capaz de dar conta da complexidade da vida, mesmo com tantas evidências de fracassos sucessivos do mesmo. Para muitos, os fracassos vivenciados e observados no dia-a-dia não são entendidos como intrínsecos ao modelo, mas como parte do processo de se alcançar o patamar ideal do desenvolvimento, ou, o que é ainda pior, como falhas intrínsecas a cada indivíduo, cada grupamento social, cada cidade, cada nação. Desta maneira, não se questiona, em momento algum, o sistema complexo que rege a sociedade ocidental, mas sim como fazer para vencer os obstáculos que tanto atrapalham o desenvolvimento das sociedades não-ocidentais.

Portanto, o resultado da assimilação generalizada desse discurso e do processo de ocidentalização que o acompanha é a consolidação do modelo europeu e, mais tarde, estadunidense, como aquele no qual todo o planeta

deve basear-se para desenvolver-se. Mais ainda, assistimos à consolidação e legitimação do modelo capitalista como um processo civilizatório ocidental, aquele que irá civilizar os povos “não-civilizados”, “atrasados”, “primitivos” (IANNI, 1993, p. 54).

A ambição de cada nação passa a ser a de chegar ao patamar de desenvolvimento apresentado pelos países e/ou grupos de países que são símbolos do Ocidente, como se este fosse o único caminho possível para a prosperidade de uma sociedade (não se difunde a percepção de que, ao contrário, esse caminho certamente não culmina na vida próspera de todos os cidadãos). O mimetismo está presente em todas as políticas em prol do desenvolvimento, principalmente nos países do chamado Terceiro Mundo.

Contudo, o discurso sob o qual o desenvolvimento foi amplamente difundido se mostrou vazio e incapaz de cumprir as promessas de melhoria de vida de grande parte da população. Esse cenário fez com que o projeto da modernidade (e com ele a idéia de desenvolvimento) tenha sofrido duras críticas sendo, muitas vezes, deslegitimado como possibilidade de busca de uma mudança para melhor nas sociedades. Souza (1996) destaca que a ligação estreita existente entre o projeto da modernidade e a emergência do capitalismo fornece argumentos para críticas (em seu ponto de vista simplistas) que afirmam ter o desenvolvimento servido somente

à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural; falar em desenvolvimento significa defender os interesses capitalistas ou, mais amplamente, os valores do Ocidente e do modelo civilizatório capitalista (SOUZA, 1996, p. 7)

Entretanto, como nos incentiva esse autor, será mesmo necessário abandonar a idéia de desenvolvimento ou podemos (re)construir seu significado a partir de uma crítica construtiva que, rompendo com o modelo de desenvolvimento embutido no projeto da modernidade ocidental planetarizada, consiga apontar novos caminhos para a sociedade?

Souza (1996) disserta sobre o cansaço da teorização sobre o desenvolvimento. Na concepção do autor, o desenvolvimento não pode ser simplesmente excluído do nosso vocabulário, pois vivemos em uma sociedade capitalista e ocidentalizada.

Ao retomar Castoriadis, Souza avança nesse debate, pois deixa claro que é necessário o entendimento de que o projeto da modernidade ocidental carrega, em si, virtualidades, algumas delas apontadas também por Morin (2002, p. 78) quando escreve que:

Tal processo (de planetarização) é marcado pela predação, escravização e colonização, mas também pelo desenvolvimento e pela propagação mais tardia e difícil de outra planetarização, oriunda, também ela, da Europa Ocidental, e que lhe é, a um só tempo, ligada e antagônica: a do humanismo, dos direitos humanos, do princípio de liberdade-igualdade-fraternidade, da idéia de democracia, do direito dos povos à existência nacional, do internacionalismo.

Podemos também referir-nos a Sen (2000) como um dos autores que não negam o desenvolvimento, considerando-o como um processo de expansão das liberdades reais. Segundo o autor, as fontes de privação de liberdades no mundo atual são: pobreza e tirania; carência de oportunidades econômicas; destituição social sistemática; negligência dos serviços públicos; intolerância ou interferência excessiva do Estado repressor (p. 18).

Com a ressalva de que o autor também não faz um questionamento do modelo capitalista em que vivemos, tomamos a importância de considerarmos o desenvolvimento como liberdade.

O recente debate acerca do projeto da modernidade tem trazido de um lado os “pós-modernos”, críticos contundentes deste projeto e de outro lado os defensores de uma reformulação da modernidade sob uma ótica mais humanista. Esse debate se ampliou, englobando também a idéia de desenvolvimento que passou a fazer parte das disputas filosóficas atuais. A principal crítica efetuada está no entendimento de que o desenvolvimento enquanto modernização, tem se mostrado um suporte para a ocidentalização do mundo.

No discurso da pós-modernidade tem-se, como visto anteriormente, a valorização de uma dimensão mais subjetiva da realidade, o centro da dinâmica social deixa de ser o puramente econômico, passando a privilegiar a dimensão cultural. Por outro lado, essa incorporação da cultura em seus estudos, tem sido freqüentemente feita de forma bastante superficial, sem entender as conexões existentes entre esta e outras dimensões do real. Há,

ainda uma sobrevalorização do local, com discursos simplistas e análises por vezes limitadas.

Contudo encontram-se vozes que destoam desse coro pós-moderno, reivindicando sob uma abordagem pós-colonialista, uma visão mais humanista e uma reformulação do projeto da modernidade. Essa perspectiva pode possibilitar um rompimento com reducionismos, objetivando uma abordagem mais ampla e complexa do todo social.

Escobar (2005) afirma que o debate entre desenvolvimentistas e pós-colonialistas deve se deslocar para outra questão: a de se repensar a modernidade e a ocidentalização como um processo múltiplo e não como um gigante ao redor do qual gravitam todas as tendências. Deve ser evidenciado que as trajetórias, na realidade, são múltiplas e podem desembocar em múltiplos estados (p. 30).

De fato, como afirmam Sharp e Briggs (2006, p. 6), o debate entre estudiosos do desenvolvimento e pós-colonialistas pode enriquecer nossos trabalhos se passarmos a tratá-los como complementares. Segundo os autores, a união das duas correntes pode nos auxiliar a elaborar conceituações alternativas de desenvolvimento. Eles acreditam que o desenvolvimento pressupõe otimismo, já que relaciona-se com liberdade, emancipação, justiça. Logo, não valeria a pena simplesmente negá-lo, mas sim reelaborá-lo, e esta reelaboração deve contar com a parceria entre os estudiosos do desenvolvimento e os pós-colonialistas. Devemos considerar a importância de articular construções culturais da experiência pós-colonial com estudos de desenvolvimento mais convencionais:

O desenvolvimento precisa de uma noção mais ampla de gerenciamento e poder, enquanto o pós-colonialismo precisa de uma melhor compreensão sobre as estruturas de recursos e instituições na criação e manutenção das redes de trabalho (SHARP e BRIGGS, 2006, p. 7).

Radcliffe (2005) aponta-nos caminhos interessantes ao abordar essa questão. Segundo a autora, ao focar as dimensões espaciais do pós-colonialismo, os geógrafos têm rompido com o binômio Norte-Sul, que caracteriza a perspectiva pós-desenvolvimentista, incorporando as geografias

multiescalares e apreendendo os fluxos e movimentos entre Norte e Sul. Como ressaltado por essa autora (RADCLIFFE, 2005, p.293), ao escrever que essas geografias alargadas, com suas topografias específicas historicamente e espacialmente, fornecem um embasamento para que os geógrafos do desenvolvimento examinem como as intervenções de tal desenvolvimento e as relações (dele decorrentes) que perpetuaram a pobreza, foram baseadas em geografias e hierarquias do conhecimento, com significado marcante para os atores através do tempo e do espaço, e que têm variado de acordo com os paradigmas do desenvolvimento.

Mas como se pode, a partir deste panorama, chegar a um desenvolvimento não submetido à lógica capitalista? Sabemos que algo precisa ser mudado, que se mostra cada vez mais urgente uma ruptura com a heteronomia e o etnocentrismo embutidos no projeto da modernidade. Mas se desejamos ter em mãos outras possibilidades para o desenvolvimento, devemos partir da premissa de que este não pode ser definido *a priori*, fechado e reconhecido como um “novo modelo de desenvolvimento”, formulação já apresentada por Souza (1996, p. 9) “cabe tão-somente (o que, porém, não é tão pouco) extrair um *princípio* norteador”.

Acreditamos ser possível alcançar o desenvolvimento de uma forma ampla, que se construa a partir das expectativas e desejos das coletividades. Para isso a *autonomia* de que fala Castoriadis se mostra um princípio fundamental, sob o qual possam construir seus próprios desenvolvimentos, incorporando suas culturas, suas idiossincrasias, seu modo de vida.

Outro elemento importante para essa construção está na multidimensionalidade da análise, conforme sublinhado por Souza (1996, p. 18)

se se quiser ultrapassar os parcialismos analíticos ancorados na Epistemologia positivista, produtores de visões monodimensionais do desenvolvimento – p.ex. o conceito de “desenvolvimento econômico” -, é necessário compreender a sociedade como um todo indivisível, constituído não de “instâncias”, “estruturas” ou “sistemas” autônomos (economia, política...), mas de *dimensões* interdependentes, onde cada dimensão, embora distinta das demais, não pode ter sua própria dinâmica apreendida se a desconectamos, “por pragmatismo”, das demais.

Portanto, o desafio epistemológico que temos pela frente se evidencia na tentativa de dar conta dessas particularidades, buscando uma releitura do desenvolvimento, de um desenvolvimento “aberto” e multidimensional, para além da noção pura de crescimento econômico, de modernização.

Essas críticas vão na mesma direção que este texto busca enfatizar. Somente com uma maior promoção da escala local, tanto do ponto de vista analítico quanto empírico, estudada enquanto arena de disputa política, permeada por relações de poder, aliada à valorização da dimensão cultural é que poderemos atingir uma consistente análise das espacialidades (de resistência ou outras) constituídas no processo de globalização. A revelação dos sujeitos locais, assim como de suas ações, reiteram que a construção da realidade é um processo que se dá na escala local, por intermédio dos sujeitos, ainda que, mais do que nunca, influenciados por agentes e fluxos (de informações, de capitais etc.) globais.

Decerto a dimensão cultural vem ganhando enorme destaque no seio das medidas de representatividade e contestação das populações tradicionais em relação ao ideário capitalista-moderno-ocidental, conquanto não alcance significativos ganhos isoladamente. Pelo viés do pós-desenvolvimento, é possível observar uma conscientização da realidade de maneira distinta do “desenvolvimento”, proporcionando aos grupos sociais diferentes formas de atuar/reagir sócio-espacialmente. A negligência com a dimensão cultural figura tanto por parte de grande parte dos analistas, que, quando muito, conferem papel marginal à cultura, como por parte dos agentes dominantes que simplesmente “desconhecem” os saberes tradicionais em função dos projetos desenvolvimentistas “modernos”.

Serge Latouche (1994) disserta sobre a uniformização do planeta a partir do processo de aculturação. Para o autor, como se passa a acreditar na legitimidade de um único modelo civilizatório, acreditar-se-ia em uma única cultura universal que seria, na verdade, uma não-cultura, ou seja, o que estaríamos vivenciando hoje seria um processo de aculturação.

Schech e Haggis (2002, p. 36) discordam da abordagem de Latouche. A idéia de aculturação, para elas, nos desviaria da análise do desenvolvimento como uma construção cultural. As autoras afirmam que, na visão de Latouche, a Europa Ocidental destruiu a organização tradicional de produção e consumo no curso da colonização, não deixando ao Terceiro Mundo qualquer escolha a não ser aspirar ao modelo ocidental. Assim, Latouche teria descrito as sociedades tradicionais como sujeitas a uma invasão cultural de imagens, palavras, valores morais, noções legais e códigos políticos. Esta idéia não corresponderia à realidade, segundo as autoras, pois acabaria por intensificar a representação homogênea tanto da cultura “tradicional” quanto “moderna”, não acomodando as evidências empíricas da coexistência de traços “tradicionais” e “modernos” em muitos países do Terceiro Mundo e até mesmo nas sociedades ocidentais (*idem*, p. 37).

Realmente, se pensarmos desta forma simplista, acabaremos por desconsiderar, por exemplo, o poderoso papel das elites locais (que seriam tão “modernas” quanto as elites das sociedades ocidentais) na manutenção do *status quo* e na propagação da ideologia do desenvolvimento. Até mesmo na microescala de uma comunidade podemos evidenciar a co-existência de valores “tradicionais” e “modernos”.

Em se tratando de Brasil, a suposta homogeneização cultural que provém do processo de ocidentalização pode ser enquadrada facilmente naquele Brasil “oficial e burlesco” do qual nos fala Machado de Assis, em contraposição ao Brasil real, que é aquele que nos interessa neste trabalho. Esta idéia nos remete à concepção de Santos (2003, p. 154), quando este fala em nação ativa e nação passiva. Na maior parte das definições existentes, a nação ativa corresponderia ao Brasil oficial, enquanto que a nação passiva, ao Brasil real. Santos declara, contudo, que o que ocorre de fato é que a nação chamada de ativa é na realidade passiva, por ser formada pelas elites que são, por sua vez, instrumentos da lógica dominante para a perpetuação desta lógica; e a nação chamada de passiva constitui

já no presente, mas sobretudo na ótica do futuro, a verdadeira nação ativa. (...). Aqui, o papel dos intelectuais será, talvez, muito mais do que promover um simples combate às formas de ser da “nação ativa” (...), devendo empenhar-se por mostrar, analiticamente, dentro do todo nacional, a vida sistêmica da nação ativa (SANTOS, 2003, p. 154).

Isto significa que a nação chamada de passiva, mas com potencial de ser ativa, é uma forma de resistência à homogeneização ocidental. É aí que podem surgir alternativas ao desenvolvimento ocidentalizador).

É necessário que tenhamos em mente o fato de que afirmar que o processo de modernização de uma sociedade segundo a lógica capitalista global é de fato avassalador perante as comunidades tradicionais não quer dizer “que inexistem qualquer margem de manobra para a defesa da qualidade de vida e da identidade cultural por parte de coletividades territorialmente referenciadas” (SOUZA, 2006, p. 10).

Latouche (1994), Jean Chesneaux (1996) e muitos outros estudiosos do tema do desenvolvimento, como Ianni (1993), apontam para fraturas no processo de uniformização planetária que permitiriam o despontamento de formas de afirmação cultural antiocidentais.

A crise do desenvolvimento, então, seria uma crise cultural, pois através dessas fraturas as frustrações voltariam-se sob formas culturais afirmativas, antiocidentais. Estas não seriam anti-desenvolvimento, mas seriam antiocidentais, e então o desenvolvimento não mais seria tomado como sinônimo de ocidentalização.

Assim, paralelamente à emergência da dimensão cultural nos debates sobre o desenvolvimento, o que temos subliminarmente apontado neste texto é o fundamental realce à temática do chamado desenvolvimento local, como iniciativa contestatória às intervenções exógenas extensivamente praticadas. Ainda que se trate de uma expressão ambígua, como nos alerta Dematteis (s/d), é esse mesmo autor que nos faz crer que o desenvolvimento local é uma – e num pensamento mais pessimista talvez a única – alternativa realmente viável de escapar ao amplo domínio do desenvolvimento à maneira capitalista-moderno-ocidental. Nas palavras do próprio Dematteis (s/d. p. 102) a questão que se coloca sob o nome de “desenvolvimento local” deriva de duas ênfases principais: uma no desenvolvimento e a outra no local. A primeira coloca a sua força no termo desenvolvimento e expressa, implicitamente, o desejo de escapar de determinismos históricos, geográficos, econômicos e

sócio-políticos aos quais o destino das sociedades territoriais tem sido frequentemente associado. A existência de formas variadas de desenvolvimento local revela uma vasta gama de possibilidades – o destino dos povos pode voltar, pelo menos em parte, para as mãos das sociedades locais, transformadas de passivos mecanismos em participantes ativos na construção de sua própria história.

Atentos aos equívocos que uma sobrevalorização da escala local pode acarretar, mas não totalmente descrentes de seu poder analítico, optamos por defender uma abordagem multiescalar em oposição aos pensamentos monoescalares que marcam os debates acerca do desenvolvimento, esquecendo, muitas vezes de maneira conveniente, a necessária busca da integração entre as escalas locais, regionais, nacionais e globais. Conscientes das dificuldades de se trabalhar numa visão multiescalar, mas também cientes de sua valiosa contribuição analítico-prático, perscrutaremos, ainda que de modo bastante breve, a constituição de novas espacialidades (ou as de resistência) em tempos de globalização.

Primeiramente, ao analisarmos estas novas espacialidades é necessário termos em mente com que concepção de espaço estamos lidando.

Conforme já anunciávamos acima, o espaço é permanentemente permeado por relações de poder que o configuram como uma típica arena de disputa política. Nesse sentido, torna-se imprescindível dirigirmos nossa análise para a dimensão territorial do espaço, pois esse, segundo Haesbaert (2008. p. 3) “[...] em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.” (Haesbaert, 2008. p. 3) prossegue em sua definição, baseando-se em Lefebvre, afirmando que “[...] o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, ‘desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”.

Baseados então nessa perspectiva territorial, acreditamos estar devidamente preparados para compreendermos as novas espacialidades, ou

territorialidades, decorrentes da globalização. Utilizaremos o termo território para nos referirmos ao espaço onde a dominação e a resistência/criação travarão suas lutas e é neles que percebemos alternativas constituidoras de outras territorialidades. Corroborando nossas palavras, Oslender (2002. p. 3) afirma que “o espaço é um sitio de constante interação e luta entre dominação e resistência. Essas lutas estão freqüentemente articuladas por movimentos sociais [...]”. Compreendendo criticamente o cenário que vem se desenhando podemos considerar que ao projeto (e às estratégias) de desenvolvimento são sempre colocados obstáculos à sua implantação e às suas táticas de reprodução. Decerto é a escala local que assiste a esses incessantes embates, assim como propicia, simultaneamente, recursos (i)materiais de resistência aos movimentos sociais – simbolismos, identidades, sentimento de lugar – e argumentos (discursivo-práticos) para os agentes dominantes – idéias do anti-localismo, do progresso, via de regra econômico, da globalização etc.

Não obstante, o entendimento de um movimento social implica na compreensão do lugar em que esse movimento se desenrola. Oslender (2002) assegura que para entender um movimento social é condição *sine qua non* entender o lugar específico em que se desenvolve a ação social do movimento e a partir de onde as identidades são construídas e articuladas fisicamente.

Também baseado na obra lefebvriana, Oslender faz importantes considerações concernentes ao espaço, visto como território, como fator relevante na promoção de movimentos sociais de resistência. Utilizando as três dimensões básicas de Lefebvre (práticas espaciais, espaços de representação e representações do espaço) para o caso das comunidades negras do Pacífico colombiano (Processo de Comunidades Negras - PCN) – que também sofrem com as intervenções exógenas – Oslender (2002. p. 9) propõe então que

Estas representações do espaço do Pacífico colombiano em termos de seu potencial para o desenvolvimento do resto do país têm sido produzidas fora de sua região e muito pouco das necessidades da população da costa do Pacífico e dos seus espaços de representação tem sido levado em conta. Não surpreende então que muitos projetos estatais têm atraído resistência das comunidades locais.

Isto tudo fundamentaria a concepção de modernidades e desenvolvimentos formulada em Rúa (2007), onde se pode ler que:

Deveria deixar-se aos habitantes de cada lugar (em sua heterogeneidade social, econômica, cultural), em uma integração multiescalar que alcance o Estado nacional, o direito de decidir sobre as formas de vivenciar as suas territorialidades e de definir os padrões de sustentabilidade, escolhendo, assim, o seu modelo de desenvolvimento (p. 171).

Desse modo, estaríamos falando, segundo essa perspectiva, na idéia do desenvolvimento autônomo, que seria aquele que procura enfatizar as demandas locais, mas integrado ao global, “reduzindo ao mínimo, ou eliminando, as assimetrias que marcam tal integração” (p. 184). Esse desenvolvimento autônomo conduziria à formação de espacialidades/territorialidades autônomas, em permanentes criações geográficas.

### Globalização e novas territorialidades

A globalização é antes de tudo um processo político atrelado à idéia de desenvolvimento e modernização. O discurso é político. Criam-se através dele políticas de representação capazes de transformar a realidade das sociedades. Logo, os desafios propostos pelas novas territorialidades são políticos. Alguns autores propõem a ênfase na autonomia cultural como saída política para a crise do desenvolvimento. Para esses, dever-se-iam desenvolver alternativas ao desenvolvimento que se ancorariam nas resistências e culturas locais. Certos autores reconhecem que essa posição, relevante analiticamente, não enfatizaria a necessária crítica política efetuada, por exemplo, pelos estudos pós-coloniais. Os desafios políticos das novas espacialidades, assim, perpassariam a re-concepção de movimentos sociais; a aproximação entre economia política e análise cultural; e a noção de modernidades múltiplas e de múltiplos desenvolvimentos.

Como em Rúa (2007, p. 161) se escreveu

O espaço, feito território, deve ser percebido como político e pleno de relações de poder/saber que se expressam em discursos de dominação e resistência, fazendo-nos integrar, para sua análise, os autores referidos anteriormente. Que representações do espaço são projetadas pelas potências hegemônicas para as nações ou culturas dominadas? Como a concepção capitalista de espaço se combina ou se antagoniza com outras concepções de espaço? Como espaços de representação podem ser criados se opondo às representações do espaço hegemônicas? Como as resistências e conflitos, ao

provocarem reterritorializações, promovem o desenvolvimento, sempre integrado à lógica territorial?

É preciso reconhecer que a cada momento de criação histórica corresponde uma espacialidade/territorialidade específica. O jogo do poder dominado pelas forças hegemônicas tem rebatimentos nas diferentes faces do viver cotidiano.

A Geografia tem, tradicionalmente, se voltado para estudar a organização do espaço pela sociedade, negligenciando o estudo das práticas espaciais decorrentes de tal organização. Esse interesse tem estado relacionado à formação e ao fortalecimento do Estado-Nação moderno e à necessidade de se conhecer as territorialidades existentes e formalizá-las de acordo com o interesse do novo jogo de poder e do exercício da hegemonia deste resultante. Essas formalizações se traduziram em novas concepções de espaço – organizado de acordo com a lógica vigente – que iriam impor territorialidades a ela relacionadas, e em representações do espaço que celebram a ordem, o progresso, o desenvolvimento do capitalismo.

Entretanto, a ciência geográfica,, cada vez mais, se volta para estudar aquelas outras territorialidades dominadas pelas concepções hegemônicas, mas criativas na sua des-ordem, onde a contestação e a recusa à espacialidade oficial e suas territorialidades impostas, se manifestam a todo o momento. É o espaço vivido – um espaço de representações que resiste às formalizações e que, sempre que pode, subverte-as, criando territorialidades informais/alternativas e, muitas vezes, inovadoras.

A espacialidade da vida dos quilombos e dos trabalhadores livres, desenvolvendo territorialidades que se opunham à espacialidade formal (territorialidades impostas) das *Plantations* e do escravismo; o espaço das representações (vivido) das frentes de expansão, com sua territorialidade de livre acesso à terra, se opondo às representações do espaço do valor de troca (espaço concebido, organizado – territorialidade formal) das frentes pioneiras; o espaço vivido da des-ordem das favelas (e suas territorialidades “transgressoras”) confrontando o espaço concebido pelos planos urbanísticos; o espaço labiríntico da cidade tradicional resistindo ao espaço retilíneo,

planejado da cidade moderna, constituem exemplos dessas territorialidades alternativas aos modelos hegemônicos, em cada época. Tais espaços de resistência podem ainda ser espaços de criação de novas formas de viver a experiência espacial que podem significar possibilidades de novas relações sociedade-espaço. Criam-se, assim, múltiplas geografias, cada uma com suas particularidades e de acordo com o seu tempo.

Entretanto, muitas vezes, aquele que era um espaço de resistência e de contestação, transforma-se em espaço concebido por que, agora, integrado a outras representações do espaço como, por exemplo, os bairros tradicionais, as cidades históricas ou paisagens pouco transformadas quando são “re-inventados” ou refuncionalizados e, assim, formalizados e absorvidos pela lógica do modelo hegemônico. Ou quando nos espaços “informais” das favelas se reproduz o jogo da especulação imobiliária, característico dos espaços formais. O espaço de representações dos habitantes dessas áreas, marcado pelo cotidiano vivido, vai sendo alterado – com leituras particulares de cada indivíduo e coletividade – e vêm-se integrados (espaço e indivíduos/coletividades) aos discursos-base a que aderem ou são coagidos a aderir. O mesmo ocorre com as áreas rurais onde a lógica camponesa se mantém dominada pela lógica capitalista, mas a ela contraposta, como nas frentes de expansão, com suas territorialidades particulares. O inconformismo e a resistência às representações do espaço, impostas pelo capitalismo e pela lógica da mercadoria, podem levar à migração para outras áreas, onde se tenta recriar territorialidades marcadas pelo vivido que, por algum tempo (ou por muito tempo) podem resistir àquela imposição. Essa resistência se expressa bem no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que criam espaços de representação resistentes, insurgentes e alternativos, como nos lembra Fernandes (2008, p. 336), quando escreve que:

En su desarrollo desigual, el modo de producción capitalista inevitablemente genera expropiación y explotación. La expropiación hace uso de la ocupación de tierras como una forma de reproducción de trabajo familiar. De este modo, en la resistencia contra el proceso de exclusión, los trabajadores crean una forma política –la ocupación de tierras– con el fin de resocializarse, luchando por las tierras y en contra de la proletarización. En este sentido, la lucha por las tierras es una constante lucha contra el capital. Es la lucha contra la expropiación y contra la explotación. La ocupación es una forma de materialización del conflicto de clase

Como se trata do modelo societário (não apenas econômico) capitalista – contraditório por natureza – capaz de, simultaneamente, criar, recriar ou destruir relações sociais e suas espacialidades/territorialidades e, ao mesmo tempo, não prescindindo da manutenção de relações não-capitalistas de produção e de suas práticas espaciais, o movimento do todo social torna-se extremamente complexo. Integrador, mas não homogeneizador; hegemoneizador, mas contendo o diferente; integrado às crescentes desigualdades, reforçando-as e/ou adaptando-as a sua lógica. As práticas espaciais alternativas ao modelo dominante podem ser destruídas, integradas ou transformadas de acordo com o “jogo de forças” de cada momento histórico que, com isso, define sua(s) espacialidades/territorialidades específicas.

Evidentemente esses diferentes e contraditórios movimentos territorializantes subsistem em escalas de observação diversas, e que nem sempre são devidamente privilegiadas nas contendas teóricas, principalmente nos dias atuais em que vocábulos como global, mundialização, aldeia global, entre outras, estão na ordem do dia. Destarte desejamos indicar a relevância do estudo em escalas que ofereçam uma maior proximidade com o fenômeno estudado, pois somente dessa forma é possível alcançar o entendimento das práticas espaciais e, conseqüentemente, dos movimentos socioespaciais de resistência, inexoráveis ao desenvolvimento da dialética global-local. Por mais que o mundo, por intermédio do excepcional avanço reticular das tecnologias de comunicação e informação, esteja se configurando de maneira mais “compacta”, mais “próxima”, e a despeito do desigual acesso mundial a essas tecnologias, entendemos que a escala global não passa de uma “metáfora escalar”, qualificando a escala local como a mais adequada para a compreensão dos fenômenos socioespaciais.

Portanto é possível apreender que a escala local não é e não pode ser tomada como mais verdadeira ou mais real, ela tem de ser encarada como a escala que possibilita uma melhor “aproximação” do objeto em estudo, dependendo do fenômeno que se pretende estudar. Não é correto inferirmos que a escala local compreende ou proporciona uma riqueza teórico-conceitual superior às demais, entretanto é inegável, em nosso entender, que ela tem a

capacidade de oferecer um melhor entendimento de qualquer evento socioespacial em curso. É fundamental também que não nos deixemos levar pela idéia de uma independência da escala local em relação às escalas supralocais. De fato os fenômenos observáveis em escala local são, muitas vezes, produzidos em outras escalas, como já afirmamos acima, contudo ressaltamos que a nossa preferência pela escala local se deve apenas por considerarmos-la como a mais adequada para o estudo dos fenômenos socioespaciais em sua expressão mais concreta, em seus contornos mais nítidos.

Com isso, decerto estamos de acordo com Haesbaert (2006, p. 107), quando ele nos afirma que a

preocupação em delimitar geograficamente a questão/fenômeno que estudamos, atentando assim para as implicações que a definição de uma escala (concomitantemente cartográfica e geográfica)<sup>4</sup> impõe, é um elemento central e ao mesmo tempo bastante desprezado em nossas pesquisas.

Prosseguindo em nosso raciocínio, pensamos estar diretamente vinculados ao conceito de lugar. Observando o lugar de maneira transescalar, em perene diálogo com as outras escalas, acreditamos estar reconhecendo o verdadeiro sentido global do lugar (MASSEY, 2000 e MASSEY, 2008).

Assim, embora pouco divulgadas, há diversas experiências baseadas em resistências de caráter diversificado, construídas nas “nesgas do vivido das práticas espaciais cotidianas” (RUA, 2007, p. 162) como as do Pacífico Colombiano, do MST, dos ribeirinhos, dos atingidos por barragens, das mulheres quebradeiras de côco babaçu, já lembrados e bastante discutidos não só entre autores brasileiros como entre os demais latinoamericanos.

Essa temática de espaços de resistência e alternativos ao espaço abstrato, formal, concebido hegemonicamente também vem sendo bastante enfatizada na geografia anglo-saxônica, que tomaremos como exemplo, numa forma de divulgação desses trabalhos. Halfacree (2007) desenvolve a idéia de um rural radical baseado na experiência vivida no espaço e introduz a análise

---

<sup>4</sup> Nunca é demais frisar a diferença entre escala cartográfica e escala geográfica. A primeira expressa uma determinada extensão do terreno, representada numericamente por frações, demonstrando a relação de proporcionalidade entre a realidade e o mapa; já a segunda é “qualitativamente” diferenciada, relativa a uma ordenação espacial dos fenômenos (HASBAERT, 2006).

de localidades alternativas integradas a uma agenda anti-capitalista. Seu pensamento é muito marcado pela tríade espacial lefebvriana e enfatiza a necessidade de se estudar a “ruralidade radical” e os desafios à sobrevivência dessas experiências.

Autores que, também, têm desenvolvido essa idéia de espaços alternativos (de resistência) são Pickerill e Chatterton (2006) onde desenvolvem a noção de “geografias autônomas”, criação, resistência e auto-gestão como táticas de sobrevivência.

Para eles, essa expressão, referir-se-ia àqueles espaços onde há um desejo de constituir formas coletivas de política, identidade e cidadania que seriam efetuadas através da combinação da resistência e da criação em um questionamento e desafio às normas sociais e às leis. O conceito de autonomia, conforme enunciado por Castoriadis permite uma melhor compreensão dos objetivos dos ativistas engajados nos diversos movimentos sociais detectados pelos autores, que buscam como essas geografias autônomas se constituem a partir de estratégias multiescalares tecendo conjuntamente espaços e tempos, constituindo interstícios e sobreposições de resistência e criação ao mesmo tempo em que combinam teoria e prática.

Dão como exemplos o movimento Zapatista, os centros sociais da Argentina dos Piqueteros, ecovilas, cooperativas de habitação, além de experimentos em organizações não-hierarquizadas e baseadas em tomadas de decisões por consenso. Preocupam-se, sobretudo, com o papel das práticas cotidianas nesses movimentos e até que ponto, as geografias autônomas, podem desafiar as realidades cotidianas do modo capitalista de organizar a sociedade espacialmente.

Pickerill e Chatterton (2006, p. 3-4) analisam a autonomia como conceito básico, de cinco maneiras: como um conceito compreendendo diferentes tendências e trajetórias, como uma estratégia espaço-temporal, entre e além do eixo global-local, como uma forma de política intersticial, como um processo de resistência e criação, e como uma tentativa coerente de *práxis*, com um forte espírito de política pré-figurativa e comprometimento com a revolução do cotidiano.

Percebe-se, na concepção das “geografias autônomas”, interessante junção do pensamento dos três autores que servem de base referencial para nosso trabalho: Léfèbvre, Castoriadis e Gramsci.

Dados os limites deste ensaio, não é possível aprofundar as reflexões a respeito dos novos espaços/territórios criados dentro e contra a dita inexorabilidade da globalização homogeneizadora, mas a existência de “criações históricas” espacializadas, com maior ou menor caráter de permanência, serve de ligação com o “utopismo dialético” de Harvey (2004) quando focaliza a atenção para cenários em que o mundo do trabalho e das relações com a natureza seja mais eqüitativo.

Assim se apresenta o estudo da Geografia hoje. Complexo por que seu objeto de análise se complexifica a cada dia; mais rico, pela enorme diversidade que tem de abranger; mais dinâmico por que admite múltiplos olhares e variadas formas de ação/intervenção, ora voltadas para manter as representações do espaço e do poder hegemônico, com suas territorialidades dominantes, ora buscando reforçar a construção de espaços de representação com territorialidades mais democráticas e onde geografias possam ser criadas livremente, na medida em que as pessoas (sujeitos sociais) construam sua própria história.

## REFERÊNCIAS

CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CHESNEAUX, Jean. Modernidade-mundo. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEMATTEIS, Giuseppe. Possibilities and Limits of Local Development. IN: CORI, Berardo et al (orgs.) Geographies of Diversity = Italian Perspectives. Societá Geografica Italiana, p. 101-114, s/d.

ESCOBAR, Arturo. Uma Minga para El Postdesarrollo. America Latina en Movimiento. Quito: año XXXIII, junio, 2009, p. 26-30.

\_\_\_\_\_. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (coord.). Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005.

\_\_\_\_\_. Encountering development. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESTEVA, Gustavo. Más allá del desarrollo: La buena vida. América Latina en Movimiento. Quito: año XXXIII, junio, 2009, p. 1-5.

FERNANDES, Bernardo Mançano. La ocupación como una forma de acceso a la tierra en Brasil: una contribución teórica y metodológica. In: MOYO, Sam e YEROS, Paris (coords.) Recuperando la tierra. El surgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2008.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976.

HALFACREE, Keith. Trial by space for a “radical rural”: introducing alternatives localities, representations and lives. Journal of rural studies, n. 23, p. 125-141. 2007.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: um debate (mimeo. 2008).

HALL, Stuart. The West and the Rest: discourse and power. In: SCHECH, Susane e HAGGIS, Jane. Development, a cultural studies reader. Oxford (RU) e Malden (EUA): Blackwell, p. 56-64. 2002.

HARVEY, David. Espaços da Esperança. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

IANNI, Octavio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LÉFÈVRE, Henri. La Production de l'espace. Paris: Maspéro, 1986.

LANDER, Edgardo. Ciéncias sociais: saberes coloniais e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciéncias

sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASO, p. 105-132, 2005.

LATOUCHE, Serge. A ocidentalização do mundo: ensaio sobre as significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.

MASSEY, Doreen. Pelo Espaço, uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008

\_\_\_\_\_. O Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, Antônio (org.). Campinas: Papyrus. 2000

MORIN, Edgar. Sociedade-mundo ou império-mundo?. Política Externa, vol. 11 (2002).

OSLENDER, Ulrich. Espacio, Lugar y Movimientos Sociales: hacia una “Espacialidad de Resistência” Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales.Universidad de Barcelona. V. VI, n. 115, junio de 2002.

PICKERILL, Jenny e CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. Progress in Human Geography, n. 30. 2006.

RADCLIFF, Sarah A. Development and Geography: towards a postcolonial development geography? Progress in Human Geography, n. 29, SAGE Publications. 2005.

RUA, João. Desenvolvimento e Sustentabilidades: uma perspectiva geográfica. In: OLIVEIRA, M. P. de; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de M. (orgs.) O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (1) – Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj, p. 387-400. 2008.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades. IN: RUA, João (org.). Paisagem, Espaço e Sustentabilidades. Rio de Janeiro: EdPUC. 2007.

SAID, Edward. Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das letras. 1990.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SAUL, Renato P. O dilema do desenvolvimento no fim do século XX: entre a justiça social e a democracia econômica.In: SANTOS, José Vicente Tavares

dos, BARREIRA, César, BAUMGARTEN, Maíra (orgs.) Crise Social e Multiculturalismo. São Paulo: HUCITEC, p. 47-66. 2003.

SCHECH, Susane e HAGGIS, Jane. Development, a cultural studies reader. Oxford (RU) e Malden (EUA): Blackwell. 2002.

\_\_\_\_\_. Culture and Development, a critical introduction. Oxford (RU) e Malden (EUA): Blackwell. 2000.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHARP, Joanne and BRIGGS, John. Postcolonialism and development: new dialogues? The Geographical Journal. V. 172, n. 1, March. 2006.

SIMON, David. Separated by common ground? Bringing (post)development and (post) colonialism together. The Geographical Journal. V. 172, n. 1, March. 2006.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual, natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A Prisão e a Agora. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

\_\_\_\_\_. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Território, Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, n. 1, v. 1, 1996, p. 5-22.

VERHELST, Thierry. O direito à diferença: identidades culturais e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1992.

